

FESTAS

8-9-57

FOI uma grande festa brasileira, o jantar de 60 anos de Di Cavalcanti. Havia muita gente e ninguém ouvia os discursos, todo mundo falava, ria, jogava miolos de pão. Ah, nós somos brasileiros, não somos teutos. Pixinguinha e sua Velha Guarda vieram e tocaram — Di ficou de pé, os olhos úmidos. E dançou!

No meio daquele povaréu havia um pintor francês. Era Paris presente; como estava São Paulo, como estava Pernambuco, na voz de Olegário Mariano; e tôdas são terras da vida de Di Cavalcanti. Mas a festa era sobretudo carioca; e no fim, quando todos saíam, chegou de seu teatro Tônia Carrero, nascida, como Di (muito tempo depois!) na rua do Riachuelo, e lhe trouxe uma coroa de flôres.

O general Lott falou, e falou bem, no 7 de setembro; o Brasil precisa construir sua independência econômica. Está certo, general.

«As divergências políticas e doutrinárias não devem sacrificar os interesses da coletividade». Isto é um lugar comum mas está certo, general.

«Dessarte, a nossa maior obrigação é de colocarmos em segundo plano as divergências de opiniões, ou de julgamento de nossos concidadãos, para considerarmos acima de tudo os interesses da coletividade a que servimos». Perfeito, general.

Mas, para começar, é preciso que cada um faça o que deve fazer e não faça o que não deve fazer. Esta frase é minha e do conselheiro Acácio, mas também está certa, general. Por exemplo: se uma delegação de sindicatos procurar o ministro da Guerra para pedir isto ou aquilo, que deve ele fazer? Pense bem, general! E se uma delegação de professores procurar o ministro da Guerra para pedir isto ou aquilo, que deve ele fazer? Medite antes de responder, general!

Isso não está escrito na Constituição, mas não só de constituições vivem as democracias. No primeiro caso, o general ministro da Guerra, se tiver a cabeça no lugar, e não estiver picado por qualquer mósca azul, deve mandar dizer pelo seu oficial de gabinete: «explique a êsses diretores de sindicato que estou muito ocupado com os assuntos de minha pasta; êles devem procurar o ministro do Trabalho». No segundo caso, êle deve dizer: «procurem o ministro da Educação».

Que pensaria, que sentiria, que faria o ministro da Guerra, se uma comissão de sargentos procurasse o ministro da Agricultura para lhe pedir sua interferência em assuntos referentes ao Exército?

Ofereço-lhe, general, nesta data cívica, êste tema de meditação democrática. Se o general pensar bem, então talvez um dia possamos «colocar em segundo plano as divergências de opinião»...